

**A questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro: notas de pesquisa**

Henoch Gabriel Mandelbaum<sup>1</sup>

Trabalho preparado para apresentação no IX Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 6 a 10 de maio de 2019.

**São Paulo**

**2019**

---

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Integra o grupo Pensamento e Política no Brasil, vinculado ao CENEDIC-USP. Membro da Midwest Political Science Association (MPSA). Email: [henoch@usp.br](mailto:henoch@usp.br)

**Resumo:** A pesquisa objetiva analisar a questão do Pan-americanismo no pensamento político brasileiro, na ocasião da Terceira Conferência Internacional Americana de 1906. Por meio de levantamento bibliográfico, selecionamos os pensadores mais influentes no debate acerca da Conferência – José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). A fim de que este estudo seja possível, dividiremos a pesquisa em três seções: na primeira seção, faremos um diagnóstico da política externa dos primeiros anos da República (1889-1910) para as Américas, com ênfase no período da administração do Itamaraty pelo Barão do Rio Branco, ao mesmo tempo que perscrutamos sua trajetória intelectual e enquanto Chanceler; na segunda seção, empreenderemos uma análise da trajetória de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima, enquanto intelectuais e enquanto diplomatas, averiguando suas posições acerca das relações do Brasil com os EUA e a América Latina e, principalmente, em relação ao Pan-americanismo; e, por fim, na terceira seção, nos debruçaremos sobre o debate que houve entre Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima em torno da questão do Pan-americanismo durante a Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e quais foram seus resultados para o País e para eles.

**Palavras-chave:** Pan-Americanismo; Terceira Conferência Internacional Americana; Relações Brasil-EUA

## 1. Tema de Pesquisa em Ciência Política

O último quartel do século XIX foi um período de profundas transformações para os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil. Enquanto a nação norte-americana expandiu suas fronteiras em direção ao Pacífico e ao Caribe e buscou ampliar suas áreas de influência e investimentos na América Latina, o Brasil reorientou o pêndulo de sua política externa de Londres para o Washington, efeito do novo cenário geopolítico do continente e dos valores e princípios do regime republicano recém-inaugurado.

O Pan-americanismo postulava a “ideia de Hemisfério Ocidental”, segundo a qual, as nações americanas compartilhavam os mesmos valores, sentimentos e destino, ligadas pela proximidade geográfica, pela história comum de resistência ao colonialismo, pela adoção de formas republicanas de governo e pela solidariedade política. Em virtude disso, o Novo Mundo constituiria um conjunto efetivamente separado da Europa, moralmente “superior”, onde a paz e o respeito ao direito internacional teriam alcançado um nível sem paralelo em outras regiões. O Pan-Americanismo também propagava a visão da união das Repúblicas americanas sob a égide dos Estados Unidos e torna-se a grande diretriz da política externa estadunidense ao final dos anos 1880 e início dos 1890, corporificado na Doutrina Monroe (1823) e posteriormente no Corolário Roosevelt (1904) (BORGES, 2007; GARCIA, 2018).

As origens do conceito de Pan-americanismo remontam à mensagem de 2 de dezembro de 1823, do Presidente James Monroe (1817-1825), lida ao Congresso durante o discurso anual do Estado da União. Nela, Monroe anuncia a oposição estadunidense à colonização e à intervenção europeia no continente americano. A mensagem era uma resposta às ameaças de intervenção europeia na América Hispânica, às pretensões russas na costa noroeste do continente e ao interesse britânico de defender as nações americanas recém-independentes de investidas da Santa Aliança, o que conferiria vantagem aos britânicos na disputa por esses mercados (LIMA, 1899; SEXTON, 2011).

A mensagem de Monroe se torna uma diretriz da política externa estadunidense em relação às nações do continente, ficando conhecida como “Doutrina Monroe”. Contudo, a Doutrina, que possuía inicialmente um caráter meramente defensivo, passa a ser utilizada para justificar o imperialismo norte-americano no final do século XIX e no início do XX. Além disso, diversos fatores deixaram os EUA receosos acerca da estabilidade do continente: o

programa de expansão naval alemão e sua grande presença comercial no Caribe e na América do Sul; o bombardeio naval anglo-alemão na Venezuela, em 1902, como forma de forçar Caracas a quitar suas dívidas com esses países; e a ameaça de intervenções europeias na República Dominicana a fim de retaliar o tratamento diferenciado que os consórcios estadunidenses gozavam na ilha (SEXTON, 2011). A instrumentalização da Doutrina Monroe foi cristalizada na sua mensagem ao Congresso em dezembro de 1904, que declara que,

a transgressão crônica ou uma impotência que resulte em um afrouxamento generalizado dos laços da sociedade civilizada pode, na América, como em outros lugares, no limite, requerer a intervenção de alguma nação civilizada e, no Hemisfério Ocidental, a aderência dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, relutantemente, em casos flagrantes de transgressão ou de impotência, a exercerem o poder de uma polícia internacional (apud SEXTON, 2011, p. 229, tradução nossa).

Este postulado de política externa ficou conhecido como o “Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe”. Era a diplomacia do *big stick*, na qual, os EUA deveriam carregar um “grande porrete” para manter a ordem na sua vizinhança, ou seja, era uma ação unilateral de Washington, em que ela decide se a ação daquele país coloca em risco a paz e a segurança no continente americano (RICUPERO, 2018; TEIXEIRA, 2014).

Ao mesmo tempo, o Itamaraty, especialmente durante a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) e a atuação de Joaquim Nabuco enquanto diplomata, rompe com a velha tradição do Império de voltar sua política externa para a Europa e decide abraçar a causa do Pan-americanismo, como forma de buscar protagonismo para o Brasil nesse contexto de reconfiguração de forças no Hemisfério. Contudo, essa mudança de diretriz na política externa brasileira não foi pacífica dentro do Ministério, e Rio Branco e Nabuco encontraram no diplomata Manoel de Oliveira Lima, o seu grande opositor (BORGES, 2007; SANTOS, 2010).

Nesse contexto, as Conferências Pan-Americanas, fomentadas pelos EUA, estavam ocorrendo no continente, cujo propósito era convocar as nações americanas para a discussão acerca de ações que fortalecessem o intercâmbio comercial no Hemisfério, como os projetos de criação de uma união pan-americana de comércio, questões ligadas às comunicações portuárias, questões de pesos e medidas, de direitos de invenção, de moeda comum e de arbitramento. Foram nove conferências no total, iniciadas em Washington, em 1889, e concluídas em Bogotá, em 1948, quando se deu a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) (DULCI, 2008).

A Terceira Conferência Internacional Americana, ocorrida no Rio de Janeiro, entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906, foi um palco importante de debates entre os pensadores brasileiros em torno da questão da aceitação do Pan-americanismo pelo Brasil. Nela, Rio Branco e Joaquim Nabuco não medem esforços para defender a causa do Pan-americanismo, assegurando a simpatia dos EUA ao Brasil, ao fomentar a intensificação dos laços comerciais entre as nações do continente pela defesa da solução pacífica de controvérsias e pela harmonização das leis comerciais. Enquanto isso, Oliveira Lima lança uma campanha feroz contra o Pan-americanismo na imprensa. Todos os países do continente participaram da Conferência, com exceção do Haiti, do Canadá e da Venezuela. A realização da Conferência no Brasil foi fruto da política de aproximação com os EUA gerida por Rio Branco e Nabuco. A cidade fora escolhida para sediar o evento pelo próprio Secretário de Estado americano, Elihu Root, confiante no “americanismo do Brasil”. Por oportuna sugestão do Barão, para evitar ciúmes de nossos vizinhos sul-americanos, Root também incluiria em sua viagem visitas a Montevideú, Buenos Aires e Santiago (DULCI, 2008; FORSTER, 2011).

O Rio de Janeiro funcionaria como uma importante vitrine do Brasil para os delegados pan-americanos. A cidade fora modernizada, com novas avenidas e novos edifícios, sacudida pelas intervenções de Oswaldo Cruz e Pereira Passos. A República desejava apresentar para o mundo o resultado de sua consolidação, por meio de inegável progresso material, com a realização de obras de saneamento, construção de portos, grandes edifícios, obras hidráulicas, drenagem, pavimentação e organização comercial. O local selecionado para abrigar a Conferência foi o pavilhão brasileiro da Feira Internacional de Saint Louis, de 1904 (ANDRADE, 1978; DULCI, 2008).

O Secretário de Estado norte-americano foi convidado pessoalmente por Nabuco para comparecer à Conferência. Essa foi a primeira vez em que um Secretário de Estado estadunidense participou de uma Conferência Pan-Americana fora dos Estados Unidos, o que representou uma vitória política para o Brasil, principalmente frente aos países da América do Sul. O programa da conferência foi minuciosamente preparado por Rio Branco e Joaquim Nabuco e abordou uma grande variedade de temas: arbitramento; dívidas públicas; codificação do Direito Internacional Público e Privado; naturalização, desenvolvimento das relações comerciais entre as nações do continente; leis aduaneiras e consulares; privilégios e marcas de fábrica; polícia sanitária e quarentena; ferrovia pan-americana; propriedade literária; exercício de profissões liberais; futuras conferências; e organização da Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas (DULCI, 2008).

Iniciada a Conferência, Joaquim Nabuco foi eleito como seu presidente efetivo e Rio Branco como presidente honorário. Na mesma sessão, Nabuco reafirmou a posição brasileira em prol do Pan-americanismo e da Doutrina Monroe, declarando:

A reunião periódica deste Corpo, composto exclusivamente de nações americanas, significa por certo que a América forma (sic) um sistema político diverso dos da Europa, uma constelação com órbita própria e distinta. Trabalhando, entretanto por uma civilização comum e por fazer do espaço que ocupamos no globo uma vasta zona neutra de paz, nós trabalhamos para o benefício do mundo todo. Desse modo oferecemos às (sic) populações, á (sic) riqueza, ao genio (sic) da Europa um campo de ação muito mais vasto, e mais seguro em nosso hemisfério, do que se formássemos um continente desunido ou pertencessemos (sic) aos campos beligerantes em que o Velho Mundo se possa ainda dividir (apud LOBO, 1939, p. 72).

A sessão solene transcorreu de forma impecável e teve êxito em dissipar as apreensões dos delegados latino-americanos em torno da diplomacia do *big stick* de Roosevelt. Encerrando-a, Rio Branco propusera que ao palácio em que se realizava fosse dado o nome de Monroe, o que a assembleia aprovou sob aplausos. Root saíra bem impressionado com tudo, sobretudo com mais uma prova da extraordinária capacidade de Joaquim Nabuco, que gozava de absoluta confiança de Rio Branco, outra figura que não se esqueceria e sobre a qual já o Embaixador Lloyd Griscon o havia informado: “o Barão do Rio Branco é um homem forte, popular e universalmente respeitado” (apud ANDRADE, 1978, p. 63).

Temendo que as posições anti-pan-americanas de Oliveira Lima causassem constrangimentos para o Itamaraty e desconfortos entre os delegados, Rio Branco e Nabuco o mantiveram afastado do evento. Contudo, Lima atacou a posição oficial do Ministério em artigos na mídia impressa, principalmente nos jornais *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Recife*. Neste último, em 26 de agosto de 1906, reafirmou a manutenção nas posições assumidas anteriormente no seu livro *Nos Estados Unidos*, no que dizia respeito à associação entre os dois países, considerando apenas insensato que esta se desse em prejuízo do Brasil: “O que não desejaria era ver imolar ao Governo de Washington as nossas tradições européias (sic) de interesses comerciais e econômicos de laços morais formados pela descendência e pela cultura; nem sobretudo ver o Brasil reduzido à condição passiva de satélite, imposta por uma dura necessidade política ou pela fatalidade geográfica” (apud ALMEIDA, 2004, p. 133).

Para o alívio de Rio Branco e Nabuco, os comentários inflamados de Oliveira Lima não impactaram os delegados estrangeiros. A Conferência, sem grandes resultados práticos, atingiu o fim desejado por Rio Branco, conforme observa o historiador Álvaro Lins, o de “promover relações políticas mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências

internacionais, harmonizando as leis do comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contatos entre eles” (apud ANDRADE, 1978, p. 63). No encerramento, Rio Branco reassegurou suas ideias de confraternização continental, ao destacar que “o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo” (apud OBRAS, 2012, p. 149), declarando que “trabalharemos sempre para estreitar as boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que nos são mais vizinhas” (Idem, *ibidem*).

Joaquim Nabuco, durante o fechamento da conferência, também afirmou:

Não terá sido estéril a vossa reunião aqui [disse ele bastante otimista, dirigindo-se aos delegados]. (...) A principal função destas conferências será por muito tempo ainda, durante toda a fase de aclimação, a de reunirem-se periodicamente, e o mais favorável sintoma dessa aclimação será a boa vontade e a harmonia que eu assinalai. Nesse sentido, a Terceira Conferência já indica um crescimento muito mais saudável; é porém preciso dar tempo para crescer à árvore que tem que viver séculos; não se deve esperar que ela dê sombra antes de criar raízes. Por ora, ela ainda depende de cada um; o tempo virá em que todos dependerão dela (apud ANDRADE, 1978, p. 64-65).

Desse modo, Nabuco destaca que a conferência viera com o objetivo claro de irmanar, de consolidar posições pouco firmes do Pan-americanismo, de criar entusiasmos de que a América necessita para levar adiante a sua maior obra: a da união num mundo dividido e divisor. Neste sentido, o êxito da reunião fora absoluto (ANDRADE, 1978; NABUCO, 1949)

Ao fim da Conferência, a amizade que Oliveira Lima mantinha com Joaquim Nabuco tornou-se insustentável devido às tensões causadas pelas divergências em torno da questão do Pan-americanismo. Encerradas as relações, cada um prosseguiu com sua carreira diplomática: Oliveira Lima na embaixada brasileira em Bruxelas e Joaquim Nabuco na embaixada em Washington. Porém, o legado deixado pelas reflexões desses intelectuais diante do horror e fascínio em relação aos EUA e o Pan-americanismo, foi a possibilidade do Brasil pensar o seu lugar na América (BORGES, 2007; RICUPERO, 2018).

## **2. Justificativa da Relevância do Tema**

A pesquisa objetiva analisar a questão do Pan-americanismo no pensamento político brasileiro, na ocasião da Terceira Conferência Internacional Americana de 1906. Por meio de levantamento bibliográfico, selecionamos os pensadores mais influentes no debate ocorrido durante a Conferência – José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-

1912), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). Apesar da profusão de estudos acerca das posições desses pensadores brasileiros em torno do Pan-americanismo (ANDRADE, 1978; FORSTER, 2011; LIMA, 1899, 1907; NABUCO, 1949; OBRAS, 2012; RICUPERO, 2018; SANTOS, 2010), acreditamos que ainda há espaço para uma análise centrada na ocasião da Conferência de 1906, devido aos debates que ela promoveu entre esses “autores-atores”, homens de letras que pensavam o lugar do Brasil entre as nações do continente e que, ao mesmo tempo, ocupavam posições privilegiadas na execução da política externa do País. Além disso, a importância do estudo do debate acerca do Pan-americanismo repousa no fato de que ele pode ser considerado como a gênese das ideias de aproximação e de afastamento dos EUA, que se tornaram pontos de referência da formulação da política externa brasileira ao longo do século XX.

A metodologia que será empregada na pesquisa é inspirada naquela trazida pela Escola de Cambridge, do campo da História Intelectual, que teve os historiadores britânicos Quentin Skinner e John Pocock como seus principais propaladores. Em 1969, Skinner desenvolveu sua metodologia a partir de sua insatisfação com as formas marxistas e liberais de análise da política europeia na Idade Moderna. Assim, passou a propugnar o estudo das ideias políticas mediante uma metodologia contextualista baseada no pressuposto da irredutibilidade do contexto linguístico ao contexto social. Esta metodologia fundamenta-se em três eixos principais: a interpretação de textos históricos, a pesquisa da formação ideológica e de sua mudança e a análise da relação da ideologia com a ação política que ela representa (SILVA, 2009; TULLY, 1988).

No caso desta pesquisa, esta metodologia será utilizada, de forma flexível, ao nos debruçarmos sobre as obras de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima. Para averiguarmos suas trajetórias intelectuais, pretendemos inserir seus escritos no contexto das convenções do debate político do período, no caso, os valores e princípios da Monarquia, da República e do Pan-americanismo, e, assim, poderemos perceber até que ponto esses autores estavam aceitando, questionando e repudiando essas ideologias e, ao mesmo tempo, como elas estavam influenciando sua forma de pensar. Esta metodologia permite que percebamos quando os autores estão manipulando essas ideologias para servir aos seus interesses e para justificar suas posições políticas. Eles muitas vezes buscavam controlar, ou pelo menos, influenciar os instrumentos de disseminação dessas ideologias, como os órgãos governamentais e a imprensa, para propalar a manutenção ou a mudança do consenso em torno delas.

O trabalho será organizado da seguinte forma: iniciaremos com um diagnóstico da política externa dos primeiros anos da República para as Américas, com ênfase no período da administração do Itamaraty pelo Barão do Rio Branco, ao mesmo tempo que perscrutamos sua trajetória intelectual e enquanto Chanceler; seguiremos com uma análise da trajetória de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima, enquanto intelectuais e enquanto diplomatas, averiguando suas posições acerca das relações do Brasil com os EUA e a América Latina e, principalmente, em relação ao Pan-americanismo; e, por fim, nos debruçaremos sobre o debate que houve entre Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima em torno da questão do Pan-americanismo durante a Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e quais foram seus resultados para o País e para eles.

### **3. Análise da bibliografia pertinente ao tema**

Ao analisarmos as principais obras acerca do debate travado por Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima em torno da questão do Pan-americanismo, podemos dividi-las em duas categorias: aquelas escritas pelos próprios autores-atores, nas quais, discorrem acerca de seus posicionamentos no debate e aquelas que são de caráter biográfico, que versam sobre a vida e pensamento destes intelectuais, tratando também de suas divergências ideológicas.

As obras dos próprios pensadores funcionam como fontes primárias no estudo de suas posições acerca do Pan-americanismo. Nesse sentido, os discursos do Barão do Rio Branco são particularmente importantes, permitindo que nós averiguemos a forma como ele, enquanto diplomata, se utilizava da ideia pan-americana para defender os interesses brasileiros e se aproximar dos EUA, obtendo prestígio entre nossos vizinhos. Estes discursos foram reunidos no Volume IX, de uma coletânea das *Obras Completas do Barão do Rio Branco* (2012), editadas pelo *think tank* do Itamaraty, a Fundação Alexandre de Gusmão. Nesta obra, destaca-se o discurso particularmente importante proferido na sessão inaugural da Terceira Conferência Internacional Americana, em 23 de julho de 1906.

O discurso foi um texto otimista, de saudação às delegações e que indicava o orgulho do Chanceler de ter tido a oportunidade de organizar o evento. O Barão recordou que o fim principal da Conferência era de discutir os variados temas da agenda, sem nenhum objetivo

antagônico com respeito a outras regiões. A Europa, na verdade, se preocupava com as consequências da reunião e com a atração que os Estados Unidos passavam a exercer sobre as Américas. O Ministro buscou dissipar esse temor, recordando que os latino-americanos dependiam do capital, do comércio e da tecnologia europeias e reafirmando que eles podiam lhes dar “um campo mais importante para o emprego de sua atividade comercial e industrial” (OBRAS, 2012).

O Volume X, das *Obras Completas* (1949) de Joaquim Nabuco é particularmente importante para compreendermos o seu pensamento à época da Conferência, pois ele traz uma palestra importante na qual explana seu “monroísmo”. Em sua palestra, *A Parte da América na Civilização* (1909), realizada na Universidade de Wisconsin, afirma que: “A América, graças à Doutrina Monroe, é o continente da Paz e êsse (sic) colossal bloco pacifista, que afeta profundamente outras regiões da terra – todo o Pacífico, pode-se dizer – forma o Hemisfério Neutro a equilibrar o outro hemisfério, que poderíamos chamar de beligerante” (NABUCO, 1949, p. 449-450). Assim, para o diplomata recifense, os EUA eram responsáveis pela criação de um “destino comum” para o continente americano, baseado na paz e no auxílio mútuo entre os países do Hemisfério e pela manutenção de uma paz de âmbito continental por meio do equilíbrio de poder que esses exerciam em relação às potências europeias, evitando que as nações do Velho Mundo ameaçassem a segurança das nações do Novo.

Diferentemente de Nabuco, Oliveira Lima era abertamente contra o Pan-americanismo. As origens de sua aversão ao conceito podem ser encontradas no livro, *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais* (1899), que reúne escritos de 1896-1899, em que reconhece a inexistência de um equilíbrio de poder entre as nações americanas, como ocorria na Europa, e observa que “nenhuma República latino-americana pode, contudo, mesmo imperfeitamente, ombrear com os Estados Unidos, cuja preponderância (...) é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal, a que não há de fugir” (1899, p. 269). Na obra, *Pan-Americanismo (Monroe – Bolívar - Roosevelt)* (1907), Oliveira Lima expressa grande desconfiança em relação à Doutrina Monroe, chamando-a de “antipathica doutrina protectora (sic)” (1907, p. 10) e alerta para que “de arma de salvaguarda se não transforme o instrumento em arma de subjugação, quiçá de domínio por anexações (sic)” (Ibidem, p. 33).

A segunda categoria de obras são as de caráter biográfico, que versam sobre a vida e trajetória intelectual destes pensadores. No caso do Barão do Rio Branco, podemos citar a obra *O dia em que adiaram o Carnaval: Política externa e a construção do Brasil* (2010), do

historiador Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, especialista na biografia do ilustre diplomata. A obra se debruça sobre o legado do Barão do Rio Branco na construção da *identidade*, do *nacionalismo* e da *política externa* do Brasil, do século XIX até o presente. Segundo o autor, o papel desempenhado por Rio Branco na definição das fronteiras nacionais, o definem como um dos “pais fundadores” da nacionalidade brasileira no imaginário coletivo. Quanto ao posicionamento favorável de Rio Branco em relação ao conceito de Pan-americanismo era porque via na adoção de uma “aliança não escrita” com os EUA como um meio de atender os três principais objetivos de sua diplomacia: a definição das fronteiras, o aumento do prestígio internacional do País e a afirmação da liderança brasileira da América do Sul. O autor atenta que essa aproximação dos EUA foi de tal envergadura que se tornou um paradigma de nossa política externa até ser rompido em 1961, com a adoção da Política Externa Independente pelo Presidente Jânio Quadros.

Uma das biografias mais importantes já escritas sobre Joaquim Nabuco é a do jornalista estudioso de temas históricos, Olímpio de Souza Andrade, intitulada *Joaquim Nabuco e o Brasil na América* (1978). Na obra, o autor analisa o pensamento de Nabuco, sua posição no debate do Pan-americanismo e o legado que deixou para o americanismo de nossa política externa ao longo do século XX. O autor analisa a transformação de Nabuco de monarquista convicto que defendia a aproximação do Brasil com a Europa, para a do republicano ardentemente pan-americanista. Ele aponta que os dois fatores que levaram Nabuco a mudar de posição foram a percepção da ascensão dos EUA como grande potência no continente americano e a sentença proferida pelo Rei da Itália na disputa de limites entre o Brasil e o Reino Unido na região da Guiana Inglesa, em 1904, considerando que o Rei beneficiou Londres em detrimento do Rio de Janeiro. Estes fatos fizeram que Nabuco se tornasse descrente de nossas relações com a Europa, voltando-se definitivamente para a América. Andrade atenta que a forte defesa do Pan-americanismo por parte de Nabuco durante a Terceira Conferência, logrando a aproximação do Brasil com os EUA e as outras nações americanas, contribuiu posteriormente para o protagonismo brasileiro na criação da União Pan-americana em 1908 e até mesmo a união das nações americanas na Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Uma das principais biografias de Oliveira Lima é a da diplomata Maria Theresa Diniz Forster, *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: O legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira* (2011). Na obra, a autora analisa a carreira de Oliveira Lima no Itamaraty e o seu legado para a diplomacia e política externa brasileiras. Em relação à sua posição no debate acerca do Pan-americanismo, Oliveira Lima era crítico da

“absoluta adesão brasileira à ideia política de uma solidariedade continental que lhe parecia exclusivamente não só ‘made in USA’ como ‘for USA’” (p. 112-113, 2011), enxergando a posição brasileira como uma atitude de subserviência aos interesses estadunidenses. Além disso, via a política externa de Rio Branco como excessivamente orientada para Washington, ao passo que acreditava que o Brasil deveria buscar primeiramente a aproximação com as repúblicas latino-americanas. Forster aponta que Oliveira Lima foi um dos pais da prática da diplomacia cultural pelo Itamaraty, pois em todos os países que viveu ou que visitou, sempre buscou estudar e conhecer sua história, literatura, e cultura em geral, ao mesmo tempo que promovia a divulgação dos estudos sobre a história pátria.

Um dos estudos mais recentes que abordam a atuação de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima no debate pan-americano é o do professor Bernardo Ricupero, sob o título *A República e a Descoberta da América: Nova Forma de Governo e Mudança Identitária no Brasil da Década de 1890* (2018). O autor procura compreender como, na primeira década republicana, ganha força uma maneira de entender o Brasil numa referência americana mais ampla. Analisa como intelectuais brasileiros passam a se movimentar entre os EUA e a América Latina até como maneira de entenderem sua própria identidade. Ressalta que as origens da atração do novo regime pela ideia de Pan-americanismo se encontram no Manifesto Republicano, de 1870. O documento criticava severamente o Poder Moderador e afirmava como a Monarquia brasileira era uma “excepcionalidade americana”, pois esta forma de governo contrastava com a orientação política do continente, trazendo a fórmula: “somos da América e queremos ser americanos” (apud RICUPERO, 2018, p. 214). Aponta que houve uma transformação na mentalidade dos pensadores em questão na passagem do Império para a República. Assiste-se a uma crescente “republicanização” dos tradicionais monarquistas Rio Branco e Joaquim Nabuco, que aceitam o valor republicano de “Pan-americanismo” para adequar o Brasil à nova realidade geopolítica do continente. A transformação, em sentido contrário, também ocorre em Oliveira Lima, que, durante a década de 1890, enxergava negativamente a herança racial e cultural latino-americana e sugeria que a ação do imperialismo norte-americano poderia ser justificada devido à superioridade da raça anglo-saxônica, mas “monarquiza” seu posicionamento na década seguinte, passando a criticar de forma contumaz a relação privilegiada do Brasil com os EUA, voltando-se para a defesa de nossas relações com nossos vizinhos hispânicos e a Europa. Para o autor, o Brasil só pode ser pensado como parte da América porque certos escritores brasileiros passaram então a se perguntar qual é o lugar do País no continente.

Desse modo, a partir das obras dos próprios intelectuais e de seus intérpretes podemos construir um retrato completo de sua trajetória intelectual para melhor compreendermos suas posições no debate acerca do Pan-americanismo e identificarmos seus legados para a formação da política externa e a identidade nacional brasileiras que perduram até a atualidade.

### **Bibliografia:**

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da república – um intelectual com as idéias fora do lugar ou com as propostas fora da época? **Remate de Males**, Campinas, n. 24, p. 121-137, 2004.

ANDRADE, Olímpio de Souza. **Joaquim Nabuco e o Brasil na América**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

BORGES, Livia de Carvalho. **Sociabilidade e política: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo (1899-1907)**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Barão do Rio Branco chefe de missão: Liverpool, Washington, Berna e Berlim. In: PEREIRA, Manoel G. (Org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FORSTER, Maria Theresa Diniz. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: O legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira**. Brasília: FUNAG, 2011.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Trajetoira internacional do Brasil: Artigos Seleccionados**. Brasília: FUNAG, 2018.

LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais**. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1899.

\_\_\_\_\_. **Pan-Americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

LOBO, Hélio. **O Pan-Americanismo e o Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

MARIZ, Vasco. A mocidade do Barão do Rio Branco e sua tormentosa nomeação para a carreira diplomática. In: PEREIRA, Manoel G. (Org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

NABUCO, Joaquim. **Obras completas. v. x. Pensamentos soltos; Camões e Assuntos Americanos**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

OBRAS do Barão do Rio Branco IX: discursos. Brasília: FUNAG, 2012.

RICUPERO, Bernardo. A República e a Descoberta da América: Nova Forma de Governo e Mudança Identitária no Brasil da Década de 1890. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 213-253, mar. 2018.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O dia em que adiaram o Carnaval: Política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine: Empire and Nation in Nineteenth-Century America**. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2011.

SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente: Reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, dez. 2014.

TULLY, James. The pen is a mighty sword: Quentin Skinner's analysis of politics. In: \_\_\_\_\_. **Meaning & Context: Quentin Skinner and his Critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.